

AS SOMBRAS DO ESTADO MODERNO THE SHADOWS OF THE MODERN STATE

Wilsony Gonçalves¹
Walter Marcos Knaesel Birkner²

RESUMO: O artigo apresenta uma analogia entre a estrutura burocrática e política do Estado na modernidade, entendida a partir de Rousseau, e a alegoria da caverna de Platão. Reconhecendo a existência de sombras que enganavam os prisioneiros na obra de Platão, este artigo busca demonstrar, paralelamente ao mito, que na modernidade os seres humanos têm contato apenas com as aparências, não acessando a realidade política, pois se encontram presos às técnicas burocráticas do aparelho estatal, bem como pelo senso comum que marca a sociedade de massa. A relação com Rousseau se apresenta na medida em que, na modernidade, estes indivíduos, por meio da formação de um espírito crítico iluminista, assumem o fazer político, isto é, o poder soberano que se contrapõe às ditaduras absolutistas do período medieval. A análise busca de forma crítica refletir a respeito da importância do conhecimento filosófico, histórico e sociológico, situando o homem moderno no fazer político frente à burocratização da vida realizada pelo Estado moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Platão, Rousseau, Estado, Modernidade.

ABSTRACT: The article presents an analogy of bureaucratic structure and state politics in modern times the allegory of Plato's cave. Recognizing the existence of shadows that deceived the prisoners in Plato's work, it seeks to demonstrate that in modern humans have contact only with appearances, not accessing the political reality, since they are stuck bureaucratic techniques of the state apparatus, as well as by common sense that marks the mass society. The relationship with Rousseau presents the extent that, in modern times these individuals through the formation of a critical spirit assume the Enlightenment to political, that is, the sovereign power that opposed the absolutist dictatorship of the medieval period. Analysis that seeks to critically reflect the importance of philosophical knowledge, historical and sociological, placing modern man in making political front of the bureaucratization of life held by the modern state.

KEYWORDS: Plato, Rousseau, State, Modernity.

¹Wilsony Gonçalves, Graduando do Curso de Ciências Sociais, Pesquisador Projeto FAP/UnC, Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas – CNPq e Membro do Grupo de Pesquisa Descentralização e Federalismo – CNPq

²Sociólogo Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner, Professor Pesquisador do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC. Líder do Grupo de Pesquisa Descentralização e Federalismo – CNPq

INTRODUÇÃO

Na obra *A República*, Platão sugere, na passagem do “Mito da Caverna”, que os homens estejam presos às ficções, ilusões, tradições e crenças, tecidas em grande medida por uma teia do senso comum. Isso os condicionaria a viver no mundo da ilusão, onde, sem entender a realidade, os indivíduos são facilmente manipulados. Passados mais de dois mil anos, a civilização ocidental continua a se mover por categorias do senso comum. Os exemplos dessas situações se apresentam no posicionamento dos cidadãos modernos, que continuam se orientando pelas “sombras” projetadas por meios de comunicação, agentes econômicos, modismos, crenças religiosas, manobras políticas de governos, entre outros.³ Sem perceber, esses indivíduos modernos continuam acorrentados, presos a ficções, ilusões, tradições e crenças, exteriores a eles.

Não nos parece difícil reconhecer a atomização contemporânea dos indivíduos, fixados a estas sombras, que não lhes permitem compreender o meio em que estão inseridos. Nesse processo, paradoxalmente, se percebe que esses sujeitos na modernidade são os únicos capazes de intervir em suas vidas, de darem sentido à existência frente à dinâmica da sociedade. Na esteira dessas ponderações, torna-se possível aproximar a ideia de um mundo ideal platônico à concepção de soberania de Rousseau. Numa perspectiva rousseauiana, entende-se que a conformação do atual Estado moderno é o resultado do contrato social, que, através do movimento histórico, trouxe o homem até esta realidade.⁴ Ao homem, caberia, agora, tornar-se o sujeito da construção social e de forma direta assumir o controle da vida em sociedade, livrando-se das sombras, das ilusões e crenças, evocando a condição de cidadão, do homem na centralidade da razão moderna. Transplantando de forma imaginativa a alegoria da caverna para a dinâmica da vida da civilização ocidental na modernidade, o Estado é a condição da caverna onde os indivíduos continuariam presos às correntes moralizantes dos dogmas judaico-cristãos, ao modismo impulsionado pelos veículos midiáticos de massa, ao individualismo potencializado pela ideia de propriedade privada e pelas desigualdades nas relações políticas, econômicas e culturais.

³ A exemplo dos clichês comuns em nossa sociedade, como “tudo é culpa do governante X”, “Bandido bom é bandido morto”. Apresentam-se como “soluções” ou que explicam situações que não são analisadas em profundidade, mas tomadas como sombras projetadas pela grande mídia, entendidas como verdades pelos que as veem.

⁴ O Estado moderno entendido como a centralização do poder político, na gestão de um povo e um território, agindo como um agente administrativo, jurídico, econômica e político em uma sociedade.

Assim, Platão em uma interface com o pensamento de Rousseau provocaria a imaginação para um possível cenário em que a violação das correntes da ignorância seria possível. O homem, não mais acorrentado, alcançaria o mundo ideal na modernidade. Assumindo-se como cidadão, o homem moderno constituiria um poder soberano que, neste contexto, seria a condição de construção da sociedade ideal, com base na democracia moderna, na participação nos processos decisórios. Isso exige que este indivíduo torne-se seu próprio deus, compreendendo e intervindo politicamente na realidade de sua vida, a partir da relação com os demais membros do corpo político. Este corpo político se transformaria na sociedade autônoma, através das dinâmicas dos processos decisórios em que a modernidade está inserida.

A FORMAÇÃO UTÓPICA DO ESTADO MODERNO NO OCIDENTE

É com os gregos antigos que se demarca o processo de formação da civilização ocidental. A partir da sociedade grega é que se atribuíam significado ao agir político que buscava promover a vida qualificada. Nesta perspectiva, tal civilização contribuiu para a formação das bases políticas, econômicas e culturais do Ocidente, a exemplo do uso do termo *Arete*, que significa excelência e virtude e que compreende algumas das variáveis da vida qualificada na Antiguidade. Assim, por volta do século VIII a.C., os gregos trazem para o espaço público da *polis* a ideia do *bem viver*, a excelência física, a moral, a honra e glória pública que constitui o belo. Beleza como ideia, objeto de pensamento e não dos sentidos.

Nas últimas fronteiras do mundo inteligível está a ideia do bem, a qual só com muito trabalho se pode conhecer, mas que, conhecida, se nos impõe à razão como a causa universal de tudo que é belo e bom, criadora da luz e do sol no mundo visível, autora da inteligência e da verdade no mundo invisível e sobre a qual, por isso mesmo, cumpre ter os olhos pregados para agir com sabedoria nos negócios individuais e públicos. (Platão, (s.d.), p. 195).

Neste período, Platão (427-347 a.C), que é discípulo de Sócrates, ao acompanhar a condenação do mestre à morte, entende que está no espírito virtuoso a condição da formação do belo, em uma sociedade ética e de homens bons e justos. Conforme afirma:

Se, pois, nos ativermos ao que ficou dito, convencidos de que nossa alma é imortal e por natureza capaz de todos os bens e de todos os males, andaremos sempre pelo caminho que conduz ao céu e nos devotaremos com todas as forças à prática da justiça e da sabedoria. Assim fazendo viveremos em paz conosco e uns com os outros e com os deuses; e, depois de haver conseguido nesta vida o prêmio

destinado à virtude, como os atletas vitoriosos que são levados em triunfo por todas as cidades. (Platão, 1956, p. 450).

Essa disposição o filósofo entende somente ser possível a partir de uma organização social que promova, por meio de uma educação completa, a formação de um homem integral, um cidadão político que poderá alcançar a verdade que está junto aos deuses, na esfera superior, ou no mundo inteligível. Para a filosofia platônica, somente lá, mundo inteligível, é que residem as verdades unas, eternas, perfeitas e imutáveis, capazes de nortear a política dos homens, que vivem no mundo sensível. O conceito de política se refere aos procedimentos, à ação do cidadão grego em praça pública, à *pólis*, ou a cidade-comunidade. A política vincula-se à qualificação da vida humana, no que pese a ideia de liberdade e de autonomia do cidadão no debate público. Segundo a etimologia grega, o termo política origina-se do termo *Politika* ou de *politikè*, como conformação de *polis* + *technè*, resultando na terminologia “a arte política”. Assim, Platão apresenta a sua teoria política na relação entre *dois mundos*, a partir da qual desenvolverá seu pensamento. Para o filósofo, existem dois mundos, duas realidades: o mundo sensível e o mundo inteligível. Platão se move, nesse sentido, sobre o problema da vontade de reintroduzir a unidade na desordem infinitamente múltipla do sensível, conforme explica Roguer:

No aspecto disjuntivo, o platonismo dos grandes diálogos é uma vontade de escapar da multiplicidade sensível para alcançar a unidade pura da Ideia. Na fase tardia, o platonismo se torna uma vontade de reintroduzir a unidade da desordem infinitamente múltipla do sensível (Roguer, 2002, p. 14;15).

Assim, a educação permite ao homem despertar as lembranças das verdades unas e eternas com o que outrora este já tivera contato. Sob tais pressupostos, a escola, por meio da instrução, da ação do professor, estabelece os dispositivos que proporcionam ao ser humano resgatar o conhecimento do qual já é detentor. Assim, o ser humano deixa a condição da *doxa* (opinião) em direção à *episteme*, ao conhecimento verdadeiro (ciência). Em sua obra *A República*, Platão argumenta que a escolha daqueles que receberão os estudos da dialética é de suma importância na constituição do Estado, na medida em que a escolha de alguém cuja alma não está apta para a dialética (alma de bronze ou de prata) poderá acarretar um governo tirano, egoísta, em que não é o mais sábio que governa, assim:

Devemos dar predileção aos mais determinados e corajosos e, na medida do possível, aos mais formosos. Também é necessário procurar não só o de caráter

nobre e forte, mas também pendões adequados à educação que lhes queremos ministrar (Platão, 1956, p.249).

Assim, a proposta educacional de Platão apresenta-se de forma seletiva, já que deve acompanhar as aptidões e reserva o alto grau de conhecimento para um grupo restrito de cidadãos. Exemplo disso é o acontecimento ao qual Platão faz referência no livro VII de *A República*, no “Mito da Caverna”, em que apenas um prisioneiro se liberta das correntes e que, ao ter contato com as formas e as verdades do mundo, encontra muita dificuldade em retornar àquele ponto onde se encontram os demais prisioneiros, ou seja, ainda presos ao senso comum, negando a possibilidade de libertarem-se das correntes da *doxa*. Nessa direção, o mito da caverna é uma alegoria em que Platão desenvolve uma importante reflexão sobre a capacidade de percepção, de persuasão e de autonomia no que concerne à tomada de decisão dos indivíduos frente aos desafios da existência. Assim, o filósofo nos convida a imaginar o seguinte cenário: uma caverna, que é separada do mundo externo por um muro, ao chão da qual existem pessoas aprisionadas. O acesso à caverna seria possível tão somente por uma fresta, por onde passa uma pequena quantidade de luz exterior, o que deixaria o ambiente quase na obscuridade.

Se desde a menor idade lhe atalhassem os pendores criminosos contraídos em sua geração e que, como outros tantos pesos de chumbo a arrastam aos prazeres sensuais e grosseiros e a fazem admirar sempre as coisas inferiores; e, livres daqueles pendores e pesos fosse dirigida no caminho da verdade, tê-la-ia atingido e penetrado com a mesma sagacidade com que ora percebe e penetra os objetos para os quais se volta. (Platão, 1956, p. 450).

Ali então, existiriam homens acorrentados desde o nascimento. Geração após geração, eles estariam de costas para a entrada da caverna, sem poder se locomover e, conseqüentemente, sem nunca ter podido ver o mundo exterior e nem a luz do sol. A única visão que tinham era a da parede ao fundo da caverna, onde seriam projetadas as sombras que os prisioneiros pensavam ser a própria realidade. Uma pequena fogueira iluminava pouco o ambiente, o que também fazia com que tudo que passasse frente à caverna fosse projetado em formas distorcidas ao fundo, acompanhadas de efeitos acústicos que ecoavam no interior da caverna. Estes provinham do som das conversas e do barulho no carregamento de artefatos e dos animais que também passariam pela entrada da caverna. Isso permitia a falsa percepção de que as sombras emitiam os sons, situação semelhante à do teatro de fantoches. Sem o deslumbre do mundo exterior, os prisioneiros julgavam

verdadeiras as coisas que eram projetadas na parede, como se realmente acontecessem do lado de dentro da caverna. Nesta direção, acreditando fielmente na percepção dos sentidos que lhes permitiam ver e ouvir, esses prisioneiros se comunicariam dando nomes às projeções que julgavam verdadeiras. Mas, conforme ressalta Platão, sob a luz do conhecimento racional, eram apenas projeções, ilusões, fantasias resultantes da situação em que essas pessoas estavam inseridas.

Seguindo a narrativa, e garantindo asas à imaginação, Platão sugere que tal situação permaneceria até que um dos prisioneiros, por força do acaso e de forma inesperada, se libertasse. Inconformado com tal conjuntura, ele decide pela liberdade, constrói uma ferramenta, quebra os grilhões e vai em busca da saída. Move-se de forma dolorosa pela permanente posição em direção à luz. Chegando à saída, o prisioneiro sente sua visão ofuscada pela violenta luminosidade do sol, e amedronta-se, confuso por não saber o que é realidade: se o que está vendo ou o que viveu até então juntamente com seus pares. Neste sentido, primeiramente o prisioneiro sente grande vontade de voltar à caverna, pois a comodidade com a escuridão da caverna lhe parecia mais segura e acolhedora, uma vez que lá tudo lhe era já conhecido. Assim, sentindo-se um pouco indisposto, o homem recua para dentro da entrada da caverna e aos poucos, de forma gradual, vai se habituando à luz do sol. Admirado com o mundo, começa ver a verdadeira realidade, descobrindo que esteve aprisionado a sua vida inteira e o que achava conhecer fora manipulado pelas sombras até então.

Diante dessa nova realidade e empolgado com a possibilidade de um novo mundo, deseja nunca mais voltar para aquela escuridão, mas reconhece a necessidade de voltar para o fundo da caverna e contar o que acabou de descobrir àqueles com os quais outrora dividia a escuridão da prisão, de modo a convencê-los para que também se libertem. O difícil retorno proporcionado pela escuridão não diminui o espanto desse indivíduo pelo fato de que, ao relatar sua experiência aos demais prisioneiros que continuavam presos, estes se mostraram irredutíveis e incrédulos. Não conformado com a situação, continuou tentando convencê-los, apresentando de forma racional e argumentativa que o cenário que viram até então seria mera sombra da realidade externa e que somente servia para manipulá-los. Nosso protagonista advertira aos outros que a falta de luz não os permitiria viver verdadeiramente, pois o que sempre viram e ouviram fora apenas a ilusão das imagens projetadas no fundo da parede. Não conseguindo convencê-los, foi repreendido pelos demais prisioneiros. Por ousar questionar a força da tradição e das crenças, o homem

que retornou à caverna foi morto pelos demais enclausurados, que não aceitaram que aquele tivesse duvidado do que estes entendiam ser a verdade.

Ao trazer o mito à nossa realidade, percebemo-nos próximos dos prisioneiros descritos por Platão. Percebemos que o conformismo e a ausência de um senso crítico da realidade, somados à perda do *ethos* republicano do mundo antigo grego-romano, tornam ilusória a autonomia do cidadão frente à dinâmica política do Estado moderno. A exemplo das personagens supracitadas nesse cenário, também os indivíduos modernos se encontram aprisionados por entre as complexidades burocráticas das políticas públicas de governos. Vivem margeando a realidade controlada por instituições e por governos porque não assumem o fazer político que circunscreve seu papel de cidadãos frente à realidade atual. Nesta perspectiva, a alegoria da caverna suscita um debate que se encontra atual, pois retrata a existência do ser humano na modernidade. Assim, a caverna descrita por Platão pode ser entendida na modernidade como sendo as estruturas burocráticas, administrativas e jurídicas de governos, igrejas e outras instituições, os responsáveis pela produção das sombras (políticas públicas que escondem os reais negócios do Estado), iludindo confortavelmente os indivíduos. Dessa forma, o Estado promove a gestão e o controle da população por meio de dispositivos que operam a partir das crenças, das ideologias e paixões dos indivíduos que estão presos às relações econômicas, à esperança de ascensão social e a um moralismo cristão que continua a aprisionar o homem. Essa situação conforma nossa atual sociedade no que tange ao desinteresse pela instância coletiva e social, bem como aprisiona os indivíduos, mantendo-os distantes da verdadeira dinâmica do aparelho de Estado Moderno.

A UTOPIA DE ESTADO NO “CONTRATO SOCIAL”

Assim, nos defrontamos com o que denominamos de “*condição natural*”, uma essência própria do homem que dá sentido à existência, à busca da felicidade e de um ser virtuoso. Essa relação se aproxima da ideia platônica de mundo ideal, mas que, para o pensador Jean-Jacques Rousseau, pressupõe condições sociais que têm produzido na sociedade moderna as amarras que aprisionam os indivíduos às regras e moralidades da sociedade, o que conduz o homem fatalmente à corrupção dessas concepções. Esses preceitos constitutivos devem ser construídos em sociedade por meio da liberdade civil, situação que, para o pensamento rousseauiano, nasce de um contrato, um acordo entre os

indivíduos. Rousseau produz o contrato social no qual pretende mostrar qual é o fundamento da ordem social e da própria essência humana do “bom selvagem”. Assim, criando uma natureza civil preserva-se a liberdade e a autonomia do cidadão na formação do corpo político, tendo o cidadão o papel de soberano na sociedade moderna. Na obra *Do Contrato Social*, Rousseau chamará a atenção para a formação desse espírito público, para o fato de que a educação tem como pressuposto a relação entre a criança e a natureza, de modo que o homem deve apresentar-se para a vida como um primata se apresenta para a natureza, e não condicionado às convenções e vaidades da civilização.

Desde suas origens, o homem natural, segundo Rousseau, é dotado de livre arbítrio e sentido de perfeição, mas o desenvolvimento desse sentimento (piedade) só ocorre quando estabelecidas as primeiras comunidades locais baseadas no grupo familiar. Neste período da evolução, o homem vive a idade de ouro, a meio caminho entre a brutalidade das etapas anteriores e a corrupção das sociedades civilizadas, no momento do surgimento da propriedade privada. (ROUSSEAU, 1999, p.12;13).

A liberdade nesta condição é concebida a partir do estado em que homem e a natureza se completam, ou seja, se dá pela busca do homem por satisfazer suas necessidades, nas tensões entre a liberdade natural e civil. Aqui, destaca-se que a liberdade civil é limitada pela “vontade geral”, que, por sua vez, não é sinônimo de “vontade da maioria”, e sim da “vontade geral” que busca o que é mais benéfico para a “sociedade ideal”. Dessa forma, com ênfase em uma educação ampla, diferente do modelo vigente de seu tempo, sobre os pressupostos que balizavam seu pensamento naturalista, Rousseau entendia que salvar a infância influenciaria diretamente na incorruptibilidade do homem, interferindo no movimento antropológico que fará o homem passar da condição de um bom selvagem a de um cidadão inserido na dinâmica de sua sociedade, conforme ele mesmo aponta logo nas primeiras páginas de seu contrato:

Então, esse estado primitivo não pode subsistir, e o gênero humano, se não mudasse de modo de vida, pereceria. Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas apenas unir e orientar as já existentes, não têm eles outro meio, de conservar-se, senão formando, por agregação, uma soma de forças que possa sobrepujar a resistência, impelindo-as para um só móvel, levando-as a operar em concerto⁵. (ROUSSEAU, 1997, p.69).

Nesse cenário o cidadão apresenta papel central na organização desta sociedade ideal, com a função de soberano na aplicação do sufrágio e das regras desta sociedade, mas

⁵Superadas as forças individuais, só o poder da coletividade pode atender às solicitações da existência. (N. de L. G. M.).

também de súdito, que obedece e aceita as regras por ele mesmo criadas. Que faz com que os governantes se tornem apenas burocratas da gestão dos governos. Essa organização moderna de sociedade é destacada por Rousseau, alertando-se que deve ser construída a partir da própria estrutura social, de um *ethos* que deve ser coletivo, ou seja, uma organização compartilhada pelos membros da sociedade na prática social, pois deve se mover por cidadãos esclarecidos e livres.

Ressalta-se, assim, que na contemporaneidade o corpo político, ou seja, o poder definido como executivo tem a finalidade de realizar a gestão das ações definidas pelo poder legislativo, e que este último espaço é de legítima atuação do poder soberano, da vontade geral pertencente a um povo esclarecido, livre e senhor de si, que deve agir de forma racional na constituição de um mundo ideal. Contudo, o que coloca o Estado moderno na condição da caverna de Platão são as características do homem moderno aprisionado, cujo agir se distancia nas sociedades contemporâneas de um agir autêntico e constitutivo de cidadãos livres e comprometidos com as questões de ordem pública. A interlocução entre Platão e Rousseau aponta para questões que permitem ao indivíduo na modernidade sair desta caverna chamada de Estado. Seis aspectos apontados por Platão em sua narrativa podem, de forma comparativa, explicar o que é vivenciado na modernidade, e que, à luz do pensamento rousseauiano, nos apresenta também como prisioneiros. São eles:

- **Aspecto 01:**

Cenário da caverna, constitutivo de imposições e de fantasias. Faz analogia a sociedade moderna que têm nos grilhões as regras que aprisionam e na moral as imposições místicas que constroem os indivíduos à lógica da modernidade.

- **Aspecto 02:**

O momento em que o prisioneiro decidiu se libertar, e construindo uma ferramenta, quebra os grilhões que o aprisionavam. Momento em que o homem toma-se senhor de si e decide agir para mudar e construir sua realidade, seja pelo sufrágio seja pelas manifestações que exigem maior austeridade e transparência nas relações públicas realizadas pelas instâncias de governos.

- **Aspecto 03:**

O momento que relata Platão, em que, ao se libertar dos grilhões, o prisioneiro se movimenta de forma dolorosa pela permanente posição. Esse relato demonstra o quão persuasivas são as regras e as morais, ao fazer com que o homem não possa estar em outra

organização e em outras situações diferentes do padrão imposto, de modo que qualquer mudança é, em princípio, certamente motivo para dor e constrangimento moral.

- **Aspecto 04:**

Ao chegar à entrada da caverna o até então prisioneiro sente sua visão ofuscada pela violenta luminosidade do sol, sente-se amedrontado e confuso por não saber o que é realidade, se o que está vendo ou o que viveu juntamente com seus pares. O sol, que nesta alegoria representa o conhecimento, é quase que insuportável ao homem do senso comum em uma sociedade de massa, que, como relata Platão, precisa de tempo para ir se habituando e, por consequência, aceitando o fato de que tudo que pensava conhecer não era real, mas sim sombras da realidade.

- **Aspecto 05:**

Maravilhado como o mundo real e empolgado com a possibilidade de uma nova vida neste novo mundo, o homem deseja nunca mais voltar para as sombras da caverna, mas reconhece a necessidade de contar o que acabou de descobrir e convencer seus pares a também se libertarem, o que o fará voltar à caverna. Nesta passagem, se reconhece no homem a figura do bom selvagem anunciado por Rousseau, que busca viver em harmonia, e que por natureza deseja compartilhar politicamente este mundo com os demais seres humanos, construindo uma sociedade a partir da coletividade.

- **Aspecto 06:**

O homem que retornou à caverna acabou sendo morto por não se calar e por duvidar daquilo que os prisioneiros entendiam como verdade, ao afirmar que jamais viveriam verdadeiramente pela falta de conhecimento, pois o que sempre viram e ouviram foi apenas ilusão, imagens projetadas a fim de manipulá-los. Percebe-se nesta passagem a corrupção humana e a degeneração da natureza do bom selvagem. Degeneração que é denunciada por Rousseau e que origina a violência entre os homens quando se percebe que tal violência é motivada pelas amarras construídas pela sociedade, pela propriedade privada, que nesta alegoria configura-se como a propriedade da verdade que os demais prisioneiros acreditavam ter, de modo que não aceitavam qualquer outra verdade que não a de sua propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Platão apresenta na alegoria do mito da caverna aquilo que para o mundo antigo seria o mundo ideal. Utilizando esta alegoria e, refletido-a as luzes da modernidade, também nos permite perceber o quanto nossa sociedade está mergulhada nas aparências. Deflagrando as ilusões como é confusa nossa vivência em sociedade, exemplo disso verificasse na relação que os indivíduos fazem, sobrepondo à vida privada a esfera pública. Nessa direção, compreender o sentido e assim identificar o grau de importância que damos às relações públicas e institucionais em nossa realidade é, sobretudo, perceber o grau de autenticidade e de autonomia que temos, compreendendo também em que medida estamos acorrentados às algemas da modernidade e vivendo a partir de estereótipos e ilusões projetadas. Tal reflexão nos possibilita perceber o quanto o cidadão moderno por força das tradições, das culturas, dos modismos, dos interesses midiáticos, das lógicas econômicas e das burocracias institucionais de governos está conformado e padronizado. Sendo que estes indivíduos são conduzidos pela ignorância do senso comum e pelas doutrinas ideológicas que projetam sombras, escondendo a realidade, mas que também definem os modos de vida. Dessa forma, é imprescindível a tomada de consciência tanto no domínio de nossas idéias quanto no cuidado do que nossos olhos estão vendo, entendendo que este mundo sensível não pode conduzir nossa percepção, de modo que seja possível criar um senso crítico do que estamos verdadeiramente vendo.

Conquanto, o alerta que a alegoria da caverna nos proporciona vem ao encontro da concepção moderna de soberano, em que temos a obrigação de nos posicionarmos diante dos assuntos públicos, pois nosso Estado depende da atuação deste espírito público, consciente, de autoridade e progressivo no que tange aos relacionamentos modernos, e assim não distorcer a razão, que, neste caso, é a proposta social apresentada pelo pensador Rousseau em *Do Contrato Social*. É preciso um espírito crítico que à luz do conhecimento e da razão moderna nos permita tornarmo-nos senhores de si ou, como apresenta o pensamento rousseauiano, capazes de constituirmos um corpo político, uma vontade geral. Apresentando o homem em uma dimensão natural de felicidade, na virtude e fazendo valer a liberdade, Rousseau se aproxima da proposta platônica de mundo ideal, no funcionamento da sociedade. Nesse contexto, o cidadão exerce papel central na organização da sociedade ideal, com a função de soberano na aplicação do sufrágio e das regras desta sociedade, por um lado, e como súdito, que obedece e aceita as regras criadas

por ele mesmo, por outro lado, por meio da gestão realizada pelos magistrados dos governos. Esta organização social deve ser construída a partir da própria estrutura social, do *ethos* coletivo, na prática social, que move e norteia esses cidadãos lúcidos, livres e senhores de si. Reforçando a necessidade de refletirmos a força das tradições, das culturas e do Estado que se movem a partir do senso comum, das doutrinas que determinam o modelo da vida na modernidade.

REFERÊNCIAS:

CERIZARA, Ana Beatriz. **ROUSSEAU A EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA**. SP, editora Scipione Ltda., 1990. (Série: Pensamento e Ação no Magistério).

JAEGER, Werner. **PAIDÉIA**. 3ª Ed. Tradução Artur M. Parreira. SP: Martins Fontes, 1995.

PLATÃO, **A República**. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo, Editora Nova Cultura Ltda, 1997.

_____. Tradução de Eduardo Menezes. São Paulo, SP. Livraria Exposição do Livro, (s.d.).

ROGUER, Christophe, **Compreender Platão**. Tradução Jaime A. Clasen. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **EMÍLIO ou Da Educação**. 2º Ed. Trad. Roberto Leal Ferreira. SP: Martins Fontes, 1999.

_____. **Rousseau**. Vol. I. Trad. Lurdes Santos Machado. SP: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Rousseau**: discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: texto integral. Lisboa: Didáctica, 1999. (As obras filosóficas).